

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

NOTÍCIA Nº 1923/81 de 6 de Abril - DIRECÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÃO

ASSUNTO: DISCURSO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES PORTUGUESAS NA SESSÃO DE ABERTURA DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Estamos a participar no primeiro acto da vida duma nova instituição - o Conselho das Comunidades Portuguesas - que, estou certa, virá a desempenhar, como todos esperamos e desejamos, durante muito tempo^o/ao longo de muitas gerações, um papel de relevo, meritório e eficaz, no conjunto das instituições nacionais.

E bem necessário é que seja assim, não apenas pela importância, a dispensar objectivos, dos fins e missões que lhe são cometidos pelo diploma que o cria, como, e sobretudo, pela relevância dos domínios que lhe são assinalados: da política da emigração e do reforço dos laços entre as comunidades portuguesas no mundo.

São aspectos que todos temos bem presentes no espírito, ao iniciarmos o nosso trabalho comum, e que dispensam longas considerações.

Não se me afigura porém despidiêdo salientar que com a criação deste Conselho, e principalmente com a sua entrada em funcionamento, se trata de dar um passo muito significativo no reconhecimento e no assumir de uma realidade demasiadas vezes esquecida na sociedade portuguesa: a da dimensão especial que lhe é conferida pela existência de um tão grande número de compatriotas nossos que vivem e trabalham fora das fronteiras, mantendo contudo laços de mais diversa ordem com a Terra-Mãe; pela existência, por esse mundo além, de tantas e tantas comunidades de portugueses e seus descendentes, comunidades em que vamos encontrar vivas, estimadas e actuates, formas culturais e padrões de comportamento que fazem parte, desde há séculos, do património lusíada.

Reconhecer na sociedade portuguesa esta dimensão específica, que a faz extravasar dos limites territoriais, implica evidentemente grandes responsabilidades, quer na defesa e dinamização do património cultural e moral da Nação, quer na defesa activa dos direitos económicos, sociais culturais e políticos, dos cidadãos portugueses, seja onde for que vivam e trabalhem, quer ainda na expansão da cultura e da língua portuguesas. Mas creio que exige sobretudo - e isto sem menosprezo das medidas específicas em que, em última análise, todas as teorizações se têm de traduzir - o seu não esquecimento em todos os projectos nacionais, sejam eles de que natureza forem, sob pena de não serem verdadeiramente nacionais.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

NOTÍCIA Nº 1983/81 (CONTINUAÇÃO)

- 2 -

Parecerá talvez que me estou a deixar arrastar por abstrações afastadas da realidade de todos os dias, mas o que quero dizer fundamentalmente é que o reconhecimento da importância e significado das comunidades portuguesas do estrangeiro nos deverá obrigar sempre a uma visão ampla, a uma visão à medida da sociedade que somos e queremos ser. E isto leva frequentemente, ao contrário do que possa parecer, a questões muito concretas.

Estou a lembrar-me, por exemplo, das incompreensões com que tem deparado por vezes o projecto da Nova Lei da Nacionalidade, cuja discussão se está a iniciar na Assembleia da República. Pude aperceber-me bem concretamente em todos os contactos que mantive com os núcleos de compatriotas nossos na Europa, nas Américas ou na África, do que significa a possibilidade de manutenção, ou reacquirição, da sua nacionalidade originária, para os emigrantes portugueses que, por razões pessoais ou profissionais, pensam poder ser compelidos, ou o tenham sido já, a adoptar a nacionalidade do país de acolhimento. Não seria decerto ter essa visão ampla da sociedade portuguesa, continuar a negar-lhes o direito à sua nacionalidade, como se de um bem escasso se tratasse (para utilizar uma expressão que várias vezes tenho empregado).

Penso ainda, não direi na hostilidade, mas pelo menos na pouca abertura de alguns sectores em relação ao projecto de assegurar aos portugueses do estrangeiro uma representação parlamentar mais adequada. Creio que também aqui é necessário que prevaleça a consciência da verdadeira amplitude da sociedade portuguesa sobre o mero cálculo de votos que, aliás, hoje podem beneficiar um partido e amanhã poderão beneficiar outro.

Nesta linha de raciocínio, não quero deixar de referir um aspecto que se me afigura da maior importância e premência. É fundamental que, como disse já nos inícios deste ano, os diversos departamentos governamentais mais interessados na expansão da cultura e difusão da língua portuguesa pensem em comum e executem uma política cultural que ultrapasse os limites de que tantas vezes não ousamos sair, uma política cultural à medida de uma sociedade que não se confina a este velho território, mas se prolonga num sem número de comunidades espalhadas por todos os continentes.

./...

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

NOTÍCIA Nº 1983/81 (CONTINUAÇÃO)

- 3 -

Todos os que aqui nos encontramos, para dar início a estas jornadas de trabalho, temos clara consciência de que qualquer projecto de transformação da sociedade portuguesa, seja em que domínio for - no económico como no social, no político como no cultural - só terá resultados verdadeiramente significativos, válidos e duradouros, se tiver em atenção todos os portugueses, os que ficaram como os que partiram, e se for fruto do diálogo entre todos eles.

Por isso sabemos também da importância fundamental que neste contexto assume a participação cada vez mais activa e ampla dos portugueses do estrangeiro em todos os sectores da vida nacional. Deseja-a o Governo, como repetidamente tem afirmado; exige-a o seu direito de cidadãos que o querem ser verdadeiramente "de parte inteira", exige-a o estilo de vida democrático que o povo português escolheu e quer manter e desenvolver no futuro; exige-a a própria eficácia das acções tendentes ao desenvolvimento e à modernização da sociedade portuguesa.

Não basta, porém, insistir no valor da participação activa dos cidadãos em toda a vida nacional e especialmente na adopção de medidas relativas aos problemas que mais directamente lhes respeitam. É necessário que existam, na vida social e política, instituições autenticamente representativas que garantam eficácia à participação e propiciem uma colaboração aberta e fecunda entre grupos da sociedade civil com interesses específicos e o poder político.

Não temos infelizmente em Portugal uma tradição muito rica neste género de instituições. Mesmo nas épocas de democracia liberal da nossa História, é sabido como o poder político tendeu com frequência a fechar-se sobre si próprio e a divorciar-se dos interesses e aspirações da sociedade civil.

Instituição medianeira entre a sociedade civil e o Estado, como é de seu escopo, o Conselho das Comunidades Portuguesas, no seu processo de funcionamento, terá, pois, menos uma tradição a seguir, do que uma tradição a criar; terá uma forma própria a assumir e não um modelo rígido a limitá-lo.

Creio que a preocupação de assegurar ao funcionamento do Conselho a maior liberdade possível no âmbito que lhe é assinalado se encontra bem patente tanto no diploma legal que o institui, como nas disposições tomadas para esta primeira reunião. Com efeito, para além das secções destinadas à discussão de temas específicos, cuja relevância se afigura

./...

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

NOTÍCIA Nº 1983/81 (CONTINUAÇÃO)

- 4 -

indiscutível, uma secção será de temática livre e outra dedicar-se-á expressamente ao estudo, à crítica e a propostas de melhoria do decreto-lei nº 373/80. Assim, como disse a Senhora Secretária-Geral na sua introdução aos nossos trabalhos, o próprio diploma criador do Conselho está, de certa maneira, a ser "testado" na realidade da prática. Como está a ser "testado" também o modo de funcionamento da estrutura tripartida do Conselho, a qual tem por objectivo a maximização da eficácia deste, sem prejudicar seja no que for a capacidade e carácter representativos dos seus membros eleitos.

Todas as críticas e sugestões terão portanto ocasião de ser discutidas, apoiadas e transformadas eventualmente em recomendações. Uma crítica dorém tem sido feita que julgo nos toca a todos muito especialmente: a que se refere às limitações de representação das pequenas comunidades dispersas. E toca-nos muito em especial, porque desejaríamos que estivessem aqui representadas todas as comunidades de raiz lusitana no Mundo. Os obstáculos a que tal aconteça não têm contudo origem pela sua maior parte, na vontade do legislador, mas nas realidades da vida, no número forçosamente limitado de membros do Conselho, seja qual for o critério eleitoral seguido, e nas dificuldades de contactos com vista à eleição de representantes, porque, apesar dos espetaculares progressos dos meios de comunicação, as distâncias continuam a fazer-se sentir com uma intensidade que sabeis avaliar melhor do que eu. Em todo o caso, também este problema será de certo ponderado com o espírito de compreensão e boa-vontade que é timbre dos emigrantes portugueses.

Desejou o Governo anterior, que criou o Conselho das Comunidades Portuguesas, como deseja o Governo actual, sob cuja égide se realiza esta primeira reunião, que esta instituição constitua, antes de tudo o mais, uma representação verdadeiramente livre e autêntica dos emigrantes portugueses e seus descendentes. Para garantia dessa autenticidade, se baseou o processo de eleição dos seus representantes, nas associações, que são a estrutura organizacional e os centros de vida das comunidades portuguesas do estrangeiro. Permitam-me que recorde aqui muito em especial essas associações a que o Estado e a sociedade portuguesas tanto devem e que, sobretudo do Estado tão pouco têm recebido.

./...

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO À IMPRENSA

NOTÍCIA Nº 1983/81 (CONTINUAÇÃO)

- 5 -

Que ao exemplo de portuguesismo, de solidariedade, de liberdade, e de autenticidade, que se espelham nessas associações, possamos todos, os actuais membros deste Conselho e os que vierem depois de nós, ir buscar inspiração e firmeza de querer, para que ele desempenhe realmente ao longo de muitas gerações o papel de relevo, meritório e eficaz, que lhe está reservado no conjunto das instituições nacionais.

((((()))



Conselho das Comunidades Portuguesas

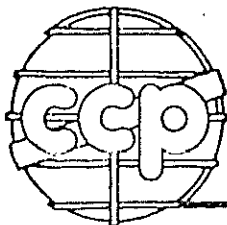
PALAVRAS PROFERIDAS PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES PORTUGUESAS NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA 1.^a REU- NIÃO DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS.

(Palácio Foz, 10.4.1981)

Direi somente algumas palavras muito breves, porque penso que é a voz do próprio Conselho das Comunidades Portuguesas, tal como se exprime, livre e autêntica, nas suas Conclusões e Recomendações, que deve destacar-se neste encerramento da 1.^a Reunião de trabalho.

Não posso, todavia, deixar de exprimir, aqui e agora, o regozijo de que estou certa, todos compartilhamos. Regozijo pelo modo entusiástico, mas prático e realista, como decorreram as sessões; regozijo ainda pelo entendimento manifestado entre todos os participantes, vindos de tão diversas regiões do mundo e de sociedades tão diferentes nos seus valores e estilos de vida; regozijo sobretudo pela capacidade de diálogo demonstrada, ^{a que não faltou} até a ^{achega} extremamente crítica dos que vêm sempre, em tudo o que seja proposta ou iniciativa dos Governos, um intuito prejudicial para os governados. É uma posição muito portuguesa, e aliás, não deixa de ser salutar uma certa desconfiança da sociedade civil para com o Estado, mesmo quando é injustificada.

Uma primeira vitória se conseguiu: a plataforma de diálogo, propiciada de um melhor conhecimento mútuo entre as Comunidades Portuguesas do estrangeiro, e entre estas e o poder político, que se pretendeu instituir com o Conselho das Comunidades Portuguesas, é já uma realidade viva, para além das simples páginas do "Diário da República". E isto é o que mais importa.



Conselho das Comunidades Portuguesas

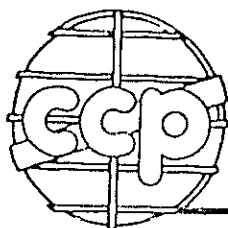
4.

Ao recordar esta ideia fundamental, expressa no preâmbulo do decreto-lei nº 373/80, não quero também deixar de citar textualmente acerca das novas formas institucionais que o Conselho veio por ao serviço das comunidades portuguesas no mundo. Dessas formas institucionais, se diz aí, que "de modo algum: pretendem substituir-se a movimentos associativos preexistentes, pois se pressupõe ser primordial condição do êxito deste projecto a vitalidade e capacidade de afirmação das próprias associações".

Parece-me importante que fique, mais uma vez, bem claro que, da parte quer do Governo anterior, quer do actual, nunca houve qualquer propósito de criar estruturas paralelas ou organismos de cúpula, que pretendessem, repito, substituí-~~se~~ aos movimentos associativos preexistentes, que são, como tive ocasião de dizer na sessão inaugural desta reunião, a verdadeira estrutura organizacional e os centros de vida das comunidades portuguesas do estrangeiro.

Noutro ponto, que foi aqui objecto de vivo debate, se me afigura igualmente útil insistir. Refiro-me à estrutura tripartida do Conselho, a qual, como referi na mesma ocasião, se devesse uma preocupação de eficácia, e não a qualquer objectivo de prejudicar o carácter e a capacidade de representação dos seus membros eleitos. Teve-se, muito especialmente, em vista com essa estruturação, assegurar de forma mais expedita e que se julgou mais prática, o diálogo entre os representantes das Comunidades e as entidades que, no País, têm mais directamente a seu cargo definir as políticas relativas à emigração e de modo geral à problemática das comunidades portuguesas no estrangeiro, e orientar a execução das medidas em que, na prática, elas se traduzem.

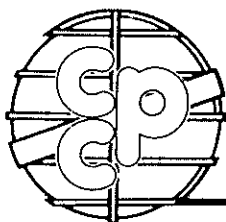
Permitam-me lembrar que eu própria exprimira já a ideia de que o Conselho das Comunidades Portuguesas fosse constituído exclusivamente por membros eleitos, apoiados por um Secretariado permanente. Encontro-me pois inteiramente à vontade para vos assegurar que, da parte do Governo, não haverá obstáculos a uma reestruturação do Conselho tendente a assegurar-lhe, como haveis indicado nas vossas conclusões, maior independência, autenticidade e representatividade, bem como maior operacionalidade e possibilidade de participação e intervenção no estudo e



Conselho das Comunidades Portuguesas

acompanhamento dos problemas que mais directamente lhe tocam.

Dentro de poucas horas despedir-nos-emos uns dos outros. E podemos despedir-nos com uma certeza, a de que realizámos durante estes dias um trabalho útil um trabalho que, apesar da sua importância fundamental, todos o desejamos e esperamos, será apenas o marco inicial numa longa vida, a vida desta instituição, que, contando só alguns dias, está a demonstrar já capacidade e personalidade para assumir a sua missão insubstituível no conjunto das instituições de verdadeira dimensão nacional.



Conselho das Comunidades Portuguesas

2.ª sessão
Lêis

DISCURSO DE POSSE DO
SECRETÁRIO DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Senhora Secretária de Estado da Emigração, em delega
ção do Senhor Ministro,

Quadros superiores do Ministério dos Negócios Es-
trangeiros,

Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhores Emigrantes (ausentes desta cerimónia, mas
referenciados aqui, como meus destinatários e in-
terlocutores preferenciais),

Colégas da equipa de trabalho e de caminho,

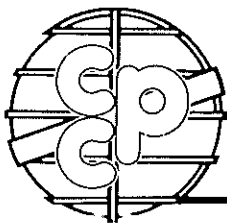
Senhores jornalistas,

Amigos (alguns), que quiseram acompanhar-me nesta
linha de partida:

O exercício do poder exige rituais.

E a cerimónia de agora será mais uma obediência aos valores
dessa liturgia que põe, também, as suas razões no grande e abusado exorcismo
da palavra.

Mas a única interessante imagem-de-marca do exercício do poder
não será, por certo, esta, - nem as eventuais, ou conhecidas, misturas de au-
toridade e de hierarquia quase inquietantes. É, sim, a oportunidade quase lú-
cida de, estatutariamente, poder fazer.



1.

Reconheço em mim pendor ou perfil executivo. A reflexão, necessária, é um fruto maduro; a acção dela resultante, ou esperada, tem de ser pronta, imediata, à sua escala, - ou, então, a própria árvore cairá de podre, sem sequer dar os proventos da sua sombra aos que não vivem só do Sol.

Assim, quando um convite nos chega com horizontes rasgados sobre cinco continentes, a hesitação faz as malas para outro planeta ...

Se a confissão lava os pecados, saibam todos que esse entusiasmo de arranque foi coisa, porém, de pouca dura.

É que, após o telefonema de sondagem, fui, com o juízo na retanca, beber em sede própria, ao Dec. Lei, o espaço de manobra que era conferido ao Conselho das Comunidades Portuguesas.

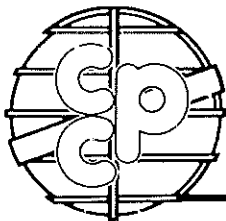
E, em verdade, em verdade lhes digo, que o documento não respondia ao peso dos mais de três milhões de portugueses não residentes no País e que, era pacífico, teriam de estar cabimentados (mais do que contemplados), por esse meio, no Diário da República.

Honra seja feita a quem de direito: a Senhora Secretária de Estado sacudiu, honradamente, não as nossas objecções, mas o nosso sentimento, ou pressentimento, de causa perdida.

Os nossos reparos, nascidos de alguma experiência (de certo modo, fui também emigrante) foram julgados como ajustadas sobreposições ao que o seu Gabinete, de há muito (desde 80), vinha pondo em causa e, muito limpa-mente, era tornado público, notório e reclamado a nível oficial das instâncias da causa.

O Dec. Lei do Conselho das Comunidades, em cujo âmbito de articulado se processa a minha nomeação a esta data, se não tem vícios de forma, peca de outros males não menos viciosos.

É preciso dar-lhe volta, ao texto e à letra, alterar o enquadramento dos intervenientes, conceder estatutos definidos, superar quesélias de quem é quem, tornar claras as convergências de actuação, furar os compartimentos estanques das importâncias pessoais ou de terceiros.



2.

Sob o signo da mudança (e trago a memória da palavra da Senhora Secretária de Estado), o Conselho das Comunidades Portuguesas deverá assumir-se como a Assembleia das Comunidades Portuguesas; e, com a intervenção empenhada dos Deputados à Assembleia da República pelo círculo da Emigração, ser como uma Provedoria, ou Procuradoria, da Justiça para os Emigrantes.

Aos processos levantados nesse forum, uma Comissão Permanente Executiva, dará andamento, em disposições de combate, pela Seca e Meca da pesada máquina estatal das mil e uma portas por abrir.

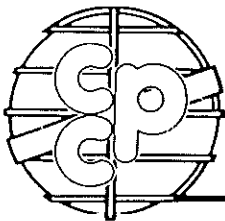
Não que seja preciso conseguir sempre deferimento aos pedidos e reclamações. Os problemas não se resolvem ao gosto e interesses de freguês. Uma das formas de um Governo democrático se negar é dizer sempre que sim.

O Governo não é uma entidade prestadora de serviços, mas um gestor de bens e de recursos humanos - a acção governativa, sabe-se, não pode, eleiçoeiramente, entrar em saldos.

Mas o certo é que, mas o triste é que, como escreve Magalhães Godinho, "a institucionalização tem esbarrado com a incompreensão generalizada destes problemas (leia-se: da emigração) em especial na classe política" (...), com verificada "impossibilidade de vencer as barreiras burocráticas que separam serviços de Ministérios ou Direcções-Gerais diferentes, a fim de concertar esforços" (fim de citação).

O meu próprio depoimento, como testemunho ou como testemunha, é o de quem viveu, ontem, terrenos do Governo e bastidores ministeriais, - e se prepara, hoje, nesta tomada de posse, para trabalho de campo, dentro e fora dos papeis de Gabinete:

Na Função Pública, há quem faça da própria inércia a sua naftalina de conservação do lugar. Conseguem alguns escapar à traça. Mas (o tempo é de mudança) não se libertam do cheiro defensivo que está a denunciá-los, quando já as letras gordas dos jornais (edição da tarde, 28-3-85), a quatro colunas, dizem que "a burocracia pode, também ser crime".



3.

Seria pouco ético da minha parte, abordar, aqui e agora, problemas da emigração e das comunidades, sem o tempo de receber, da Senhora Secretária de Estado, as coordenadas de actuação, as políticas a desencadear, as estratégias a cumprir, as componentes de incerteza a vencer, os cenários alternativos a compor.

Seria, no entanto, mentiroso, da minha outra parte, referir o "obrigado e a honra", sem que deixasse transparecer que a minha raiva é entusiasmo - esquecendo, por momentos, os "dossiers" ainda por conhecer e para es tudo.

Creio haver coerência no meu percurso até esta aceitação. Creio. Mas não vou vender-lhes a história da minha vida, neste fim de manhã, a horas de intervalo e não de ver e ouvir.

Que se não fale, porém, de lugar certo para o homem certo - o que seria convencional avançar, mesmo com o benefício da dúvida.

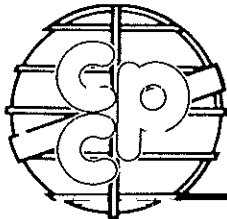
Que se não adiante, também, a meu respeito, o escalão do princípio de Peter - olhem que as apressadas as pragas, como as procissões, regressam ao adro.

Os gregos afirmavam terem as coisas um lugar natural.

Neste natural me fico, substituindo a palavra coisa pela pes-soa que sou.

Julgo que a operação Comunidades é, além de investimento, uma operação-barómetro da nossa portugalidade que terá sido, aliás, sempre mais re partida do que imperial.

Queira Deus que o barómetro em causa venha a anunciar-nos bom tempo a curto, médio e longo prazo.



Conselho das Comunidades Portuguesas

4.

É que, no reino das confusões da tão mal defendida interculturalidade do país de origem e do país receptor, Portugal pesca de anzol e o meio de acolhimento pesca de rede, - e as perdas são de gente e não de cardumes.

Ao contrário da Europa (sempre a Europa ...), na América do Norte, no Canadá, na União Sul Africana, na Venezuela, os nossos emigrantes estão entre capitães-da-indústria, influentes da opinião pública, potentados, em presários, a quem pedir ajuda.

Não semeemos, lá por fora, ou maus ou descuidados ventos, pois já temos, no rectângulo, tempestades que cheguem.

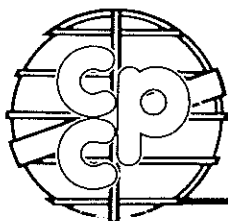
E quando bradamos que não há produtividade interna, e quando soletramos outros males, lembremos que, em outras áreas, muitos irmãos portugueses, documentados ou idos a salto, são talvez únicos em saber dar novo sentido à Saudade que não largam: fazem dela a força de um povo e não uma recordação de medalhas; dão-lhe nova direcção obrigatória, viram-na para o Futuro melhor que para si mesmo constroem.

Do Governo, os emigrantes só esperam o que não podem resolver sozinhos.

E seria patético (uso o eufemismo) que, por exemplo, recusássemos às Comunidades Portuguesas, por falta de apoio, a sua afirmação de vínculo à língua-mãe, - quando novos Estados, já sem imposições de colonização, optam pelo Português como expressão oficial da sua presença no concerto das Nações.

Seria um erro, - a juntar a tantos outros que nos fazem parecer mais pequenos do que o nosso próprio e real tamanho de País transcontinental.

Embora preferindo o improvisado livre (de que, algumas vezes fui capaz), rascunhei o suporte destas linhas, na boa intenção de "mais certamen-



te falar".

E, afinal, deixei escapar, ao correr da escrita e da fala, dei xei escapar um descosido entusiasmo que açambarcou minutos para além da circunstância.

Perdoarão, talvez, no entanto, se eu lhes recordar que sentir entusiasmo, na sua formação, significa, mais ou menos, estar possuído de Deus.

E isso, não mo podem negar, é mesmo bom (não é?) para quem nes ta data, em horário nobre deste Ministério de carreiras tão bem pautadas, aqui mete ombros à responsabilidade e aceita pôr as mãos à obra.